

PARTICIPAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA PERSPECTIVA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA

NILVA DE ALMEIDA SANTOS

UFT

nilvalmeida3@gmail.com

ROBERTO FRANCISCO DE CARVALHO

UFT

rcarvalho@uft.edu.br

INTRODUÇÃO DO PROBLEMA

Apesar de um robusto amparo normativo que prevê a gestão democrática da escola, a literatura acadêmica aponta que há um distanciamento entre as disposições formais e a sua materialidade nas práticas escolares.

Com o propósito de compreender os múltiplos condicionantes que incidem sobre essa realidade, propõe-se uma pesquisa bibliográfica e documental que tem como objeto a participação do grêmio estudantil na gestão escolar da educação básica da rede estadual de ensino de Palmas (TO). A questão central que orienta a pesquisa é: quais são os condicionantes que incidem sobre a participação do grêmio estudantil na gestão escolar?

Para responder essa questão, adotou-se o método materialismo histórico-dialético, que compreende a prática social investigada como parte de uma sociedade capitalista, marcada por contradições.

A relevância da pesquisa reside na necessidade de aprofundar a compreensão das mediações que tensionam a efetivação da gestão democrática no interior da escola pública, contribuindo para o debate acadêmico acerca da participação estudantil como dimensão necessária para a democratização da educação.

Trata-se de uma pesquisa em andamento, cujos resultados parciais decorrem da etapa de revisão bibliográfica e análise do marco normativo que fundamenta a gestão democrática e a participação estudantil.

GRÊMIO ESTUDANTIL: UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO EM CONSTRUÇÃO

A legislação educacional brasileira prevê a gestão democrática nos sistemas públicos de ensino (estadual e municipal). Contudo, mesmo com a previsão legal, sua efetivação depende da participação ativa de diferentes sujeitos coletivos da comunidade

escolar, entre os quais se destacam os estudantes, que tem no grêmio estudantil um espaço institucional de representação e participação na gestão da escola.

Nesse sentido, pode-se afirmar que a gestão democrática na escola não se constitui como um processo espontâneo (ABREU, 2017, p. 86). Ao contrário, múltiplos fatores condicionam sua efetivação (CAMARGO, 2018, p. 74).

Diante dessa compreensão, torna-se necessária a análise das práticas escolares para além de seus aspectos externos (aparências) e das interpretações produzidas pelos sujeitos envolvidos nessas práticas (KONDER, 2006, p. 47).

Essa necessidade é premente, principalmente, quando se observa que no cotidiano escolar é comum que a ausência da participação do grêmio estudantil seja atribuída à falta de interesse dos próprios estudantes ou como resultado da postura da gestão escolar, que, por vezes, “não abre espaços” para a participação. Todavia, interpretações dessa natureza tendem a apreender a prática escolar de forma fragmentada, pois se fundamentam apenas no que é aparente.

Nessa perspectiva, Abreu (2017, p. 128) fundamentado em pesquisa realizada em escolas estaduais de Belo Horizonte, observa que frequentemente, a juventude é vista sob uma perspectiva negativa. A partir dessa visão, é inevitável atribuir aos próprios jovens a responsabilidade pela fragilidade ou inexistência do grêmio estudantil no espaço escolar.

De modo semelhante, é comum a gestão escolar, especialmente na figura do gestor, ser culpabilizada pelo baixo nível de participação estudantil nos processos decisórios da escola. Contudo, interpretações dessa natureza - que se limitam às aparências do fenômeno, formuladas na própria prática social - favorecem a manutenção das práticas que hoje temos nas escolas (CAMARGO, 2018, p. 52), na medida em que não contribuem para a compreensão dos diversos condicionantes que incidem nessa realidade.

Camargo (2018, p. 104) ressalta que essas interpretações deixam de oferecer uma explicação objetiva e abrangente sobre a prática social, além de não apreenderem as contradições presentes nela. Ademais, conforme destaca Tozoni-Reis (2020, p. 69), “a escola está inserida em uma sociedade de classes marcada por contradições”, que condicionam a dinâmica das instituições educacionais.

Essas contradições tornam-se ainda mais evidentes quando se observa o atual contexto político, econômico e social, marcado pelo predomínio do pensamento

neoliberal. Esse modelo impacta diretamente a educação ao valorizar a gestão orientada para resultados e eficiência (GAULEJAC, 2007, p. 37), mas desvinculada de uma perspectiva democrática e participativa.

Dardot e Laval (2016, p. 16) denominam esse predomínio do pensamento neoliberal de “a nova razão do mundo”.

No espaço escolar, essa lógica enfraquece as práticas coletivas e democráticas, pois conduz a própria comunidade escolar — cada indivíduo — a internalizar a lógica da concorrência e da responsabilização individual (p. 16).

Portanto, é sensato que na busca do entendimento de uma dada realidade, o olhar do investigador vá além dos fatos que se apresentam, e se aprofunde também na compreensão do contexto (histórico, cultural e político) em que essa realidade está inserida (TOZONI-REIS, 2020, p. 81).

Isso não significa que a realidade tal como se apresenta não será relevante como objeto de pesquisa. Pelo contrário, é justamente na apreensão dessa realidade, que se revela superficialmente ao olhar dos sujeitos envolvidos, que começa o trabalho de investigação da realidade. Sobre isso, Martins (2018) afirma que:

A aparência fenomênica, imediata e empírica da realidade é importante e não pode ser descartada, visto que ela é o ponto de partida do processo do conhecimento – portanto, necessariamente onde se inicia o conhecimento. (p. 226)

Nesse sentido, pesquisar a realidade da participação estudantil implica apreender as contradições presentes na escola pública, situada em uma sociedade marcada por disputas de projetos educacionais e por tensões entre perspectivas democráticas e orientações gerencialistas. É nesse movimento de pesquisa e de análise — que parte da aparência do fenômeno — que se busca compreender, por meio da pesquisa, os condicionantes que incidem sobre a constituição e atuação do grêmio estudantil na gestão escolar.

Assim, o primeiro passo “em busca de um conhecimento crítico da realidade” é a compreensão dos condicionantes que incidem sobre essa realidade e suas contradições (PARO, 2000, p. 19). A partir daí ampliam-se as possibilidades de ação consciente dos estudantes e de toda comunidade escolar na construção de práticas mais democráticas, que favoreçam a participação da coletividade.

CONCLUSÕES

A revisão bibliográfica e documental realizada revela que, embora a gestão democrática esteja amplamente respaldada no marco legal da educação brasileira, sua efetivação nas práticas escolares não ocorre de forma automática.

Os estudos analisados indicam que a participação estudantil, por meio do grêmio estudantil, encontra limites que extrapolam o espaço escolar, estando relacionada a múltiplos condicionantes históricos, políticos e institucionais que configuram o atual contexto educacional.

A partir da perspectiva do materialismo histórico-dialético, compreende-se que a realidade da participação estudantil por meio do grêmio estudantil precisa ser analisada para além das aparências, considerando as contradições próprias de uma sociedade marcada por disputas de projetos educacionais e pelos impactos das orientações políticas e econômicas que incidem sobre a educação pública.

Por se tratar de uma pesquisa em desenvolvimento, os resultados apresentados são preliminares. As etapas posteriores da investigação - que incluem o aprofundamento da análise documental - poderão contribuir para explicitar os condicionantes que incidem sobre a constituição do grêmio estudantil como espaço coletivo necessário e potencialmente relevante nos processos de participação e democratização da educação e, por conseguinte, da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABREU, Andréa Botelho de. **A constituição de grêmios estudantis nas escolas estaduais de ensino médio de Minas Gerais e seu lugar na gestão democrática.** 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora (MG), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/6738>. Acesso em: 15 fev. 2026.

CAMARGO, Edígenes Paes de. **O método materialista histórico-dialético em pesquisas do campo da política educacional: limites e possibilidades.** 2018. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Ponta Grossa (PR), 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/2656/1/Ediogenes%20Paes%20de%20Camargo.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2026.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Tradução: Ivo Storniolo. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARTINS, L. M.; LAVOURA, T. N. Materialismo histórico-dialético: contributos para a investigação em educação. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 34, n. 71, p. 223-239, set./out. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/75VNGFj5PH5gy3VsPNp3L6t/>. Acesso em: 10 nov. 2025.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. O método materialista histórico e dialético para a pesquisa em educação. **Simbiologias**, [s. l.], v. 12, n. 17, p. 111-128, 2020. Disponível em: <https://simbiologias.ibb.unesp.br/index.php/files/article/view/224/250>. Acesso em: 15 nov. 2025.